



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

Ata da Audiência Pública sobre a situação caótica do transporte público em Guarapari realizada no dia catorze de julho de dois mil e vinte e dois, às quinze horas, no Plenário Ewerson de Abreu Sodre, localizado na sede da Câmara Municipal de Guarapari, situada na Rua Getúlio Vargas, nº 299, Centro, Guarapari, Estado do Espírito Santo. A reunião foi aberta contando com a presença da Comissão de Serviços, Obras Públicas e fiscalização, composta pelos Vereadores Denizart Zazá (Presidente), Oldair Rossi (Relator) os demais Vereadores da atual legislatura: Rosana Pinheiro, Max Júnior, Professor Luciano, Isac Queiroz e Dudu Corretor participaram desta audiência. Também foram convidados a participar dessa audiência as seguintes autoridades: o secretário municipal de postura e trânsito Sr. Luis Carlos Cardoso Filho e o procurador geral do município de Guarapari o Dr. Américo Soares. Além da entidade sindical representante dos motoristas e cobradores SINTROVIG e toda população de Guarapari. A reunião audiência pública teve início com uma breve recepção do presidente da comissão que justificou a ausência do vereador Léo Dantas que não compareceu por motivos de saúde e convidou a vereadora Kamilla Rocha para ocupar o lugar de membro da comissão. O presidente desejou boa tarde a todos e agradeceu a presença dos vereadores presentes e convidou a compor a mesa o Sr. Procurador municipal Dr. Américo Soares, o secretário municipal de postura e trânsito Sr. Luis Carlos Cardoso filho, os representantes da SINTROVIG Sr. Adriano, Carlos, Cícero e Vanderlei e os representantes da população que mais estava sendo afetada pela situação do transporte, quais foram: Lagoa Dourada, Jabuticaba, Ilha do Sol, Aldeia Velha, Rio Claro, Jacarandá, Porto Grande e Praia da Sereia. Dando início a audiência pública, foi franqueada a palavra aos representantes das comunidades presentes começando pela Sra. Márcia da comunidade Jabuticaba, mas que estava falando também pelas comunidades vizinhas sendo Andana e Lage das Pedras, ela falou sobre a luta enfrentada diariamente pela falta do transporte público há muito tempo, porque quem sofre com a falta são os trabalhadores que teriam que caminhar por pelo menos sete quilômetros até chegarem ao ponto de outra comunidade mais próxima. Ela fez um apelo ao poder público que pudesse olhar com mais atenção pelas comunidades mais afastadas. Em seguida, um representante dos estudantes das faculdades, professor e Dr. Lúcio fez o uso da palavra para expressar sua preocupação pela situação que ocorre há tanto tempo sem uma solução definitiva. O transporte público é um direito básico de todo cidadão e sugeriu ainda que o poder público executivo pode intervir no caso do não cumprimento do contrato feito com a empresa. Outro representante da comunidade da Praia da Sereia usou a palavra e sugeriu a inserção do sistema Transcol no município de Guarapari e em como seria importante para os estudantes e trabalhadores da área industrial. O representante do bairro Rio Claro solicitou que fossem acionados o sindicato, os trabalhadores trabalhem em cima de um prazo para que as demandas fossem atendidas pouco a pouco até que fosse totalmente resolvida. O Sr. Luis Carlos sugeriu que fosse aberta uma CPI já o que diálogo não estava sendo o suficiente. Dada a palavra ao presidente da comissão vereador Denizart Zazá falou sobre a importância de conhecer os três poderes e que eles trabalham com harmonias entre si, e que eles estão trabalhando para que tudo se resolva da melhor forma possível. Em seguida a palavra foi franqueada ao vereador Oldair Rossi que usou a palavra para externar a população presente sobre o trabalho que eles vem fazendo de fiscalização da empresa Lorenzutti e que será penalizada pelo não comparecimento da dona da empresa. Com a palavra a vereadora Kamilla Rocha falou



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

que essa situação caótica se potencializou durante a pandemia, que a empresa está com a justiça do lado e que o não cumprimento contratual da empresa está fazendo com que a população sofra. Também falou que os motoristas clandestinos de vans e mototaxis querem ser legalizados e que a justiça não aceita a legalização dos mesmos. Ela acredita que a principal solução e a mais viável seriam as vans. Ato contínuo, o presidente da comissão franqueou a palavra as autoridades presentes que esclareceu tudo que foi perguntado em pautas como: o que a secretaria tem feito em prol da população, qual o prazo para aumentar as frotas dos ônibus, como seria a regularização da empresa. Dando seguimento as autoridades responderam aos questionamentos em relação a frota, ao cumprimento do contrato, ao cumprimento de horário e ao cumprimento da rota. O fiscal de postura e trânsito esclareceu que empresa não recolheu os ônibus das ruas no momento de crise e que o importante seria que ela cumprisse as rotas e os horários. Quanto as vans, elas continuam sendo irregulares, atrapalham a empresa a medida que a população vai fazendo o uso das vans para chegar até o destino. Também falou que a empresa não deve adotar as vans na empresa e que a resolução do problema se daria no aumento da frota de ônibus e cumprir com as rotas e horários do contrato. Ato seguinte foi dada a palavra ao representante dos motoristas da Lorenzutti a entidade sindical da SINTROVIG. Ele começou a sua fala narrando a trajetória desde o início que desencadeou a greve dos motoristas. Sua primeira indignação foi que os motoristas estavam desde 2019 sem o depósito mensal do FGTS. Logo após, veio a pandemia em 2020 e a empresa parcelou em seis vezes o salário referente a um mês dos motoristas, que ficaram trabalhando sem receber, e ainda que a mesma só começou a pagar em março de 2021, após, a empresa alegou não poder pagar o salário em dia e os trabalhadores aceitaram que fosse reduzido do seu ticket de 750,00 reais para 500,00 reais por um período de seis meses, passado os seis meses, e passado os seis meses a empresa novamente alegou que estava passando por uma situação de crise financeira devido a pandemia. Os trabalhadores então resolveram convocar o sindicato para que eles pudessem apresentar uma solução, após dois anos recebendo salário atrasado e trabalhando da mesma forma. A entidade do SINTROVIG, disse ainda que eles estavam visando a população e que agora, eles esperam achar uma forma para que eles possam receber seus salários atrasados. Em seguida, o procurador do município, Dr. Américo, teve um momento de fala explicando como o município reagiria ao prejuízo dos cofres públicos por quebra de contrato, disse ainda que tudo que foi colocado no contrato a empresa estava ciente e que poderia agir de acordo com aquelas condições, que o município tem cumprido integralmente o que está no contrato, que tem agido da melhor forma possível em vista de tudo que a empresa não vem cumprindo. A respeito do município, ele afirma que está trabalhando para que possa tomar as decisões cabíveis. Já tem um perito responsável para analisar com a empresa tudo o que vem sendo requerido pela população como fluxo de ônibus, balanços contábeis, entre outros. Dada a palavra ao vereador Max Júnior, ele questionou sobre equilíbrio econômico do contrato da parte do município, a tarifa técnica, e que diante das contas da empresa que foram fornecidos, se eles pagassem tudo que tem de atrasado ainda assim ficaria do vermelho. Sugeriu que fosse analisado o contrato minuciosamente para que a empresa responda de forma efetiva as reivindicações. Ato contínuo, um especialista de transportes Luis Guilherme solicitou que fossem disponibilizados pelo site da prefeitura o contrato e o edital de concorrência pública. O seu questionamento foi relacionado a tarifa. Se ela estaria sendo



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

cobrada corretamente, e que houve por parte do governo um subsídio de combustível que permitiu que algumas outras empresas fossem amparadas pela alta do combustível por exemplo. O procurador respondeu que a empresa e o município não participam do sistema transcol e que por isso, os aumentos não poderiam se dar com base nessa planilha. E que por conta da ausência de dados com os gastos da empresa, não seria possível estabelecer um preço fixo na tarifa. Nas considerações finais Oldair Rossi, agradeceu as entidades representantes por terem comparecido a audiência e que ele espera que a justiça aja conforme seja melhor para a sociedade e para os motoristas. Também nas considerações finais o vereador Max Júnior agradeceu aos presentes e esclareceu a população que o município tem agido nas suas possíveis condições para resolver a situação caótica do transporte público em Guarapari. O presidente da comissão agradeceu a todos que participaram da audiência e externou a importância da audiência e que tudo o que foi relatado vai sim ter consequências porque a partir de tudo que foi falado eles irão tomar as devidas providências e declarou encerrada não havendo mais nada a tratar depois de ter ouvido todas as demandas ali versadas. Guarapari/ES, 14 de julho de 2022. XXX


Denizart Zaza

Presidente da comissão de fiscalização e obras públicas


Oldair Rossi

Relator da comissão de fiscalização e obras públicas